

DATA	LOCAL	HORÁRIO
22/09/2014	Sala de Atos da Reitoria	Das 9h às 12h

PARTICIPANTES

Presidente: Belchior de Oliveira Rocha.

Secretária: Nadir Arruda Skeete.

Membros: Alex Fabiano de Araújo Furtunato, Auridan Dantas de Araújo, Caubi Ferreira de Souza Junior, Djeson Mateus Alves da Costa, Ednaldo de Paiva Pereira, Erivaldo Cabral da Silva, Erivan Sales do Amaral, Evandro Firmino de Souza, Francisco Antonio de Pontes (Substituto do Diretor-Geral do *Campus* Natal-Central), Ismael Félix Coutinho Neto, Jailton Barbosa dos Santos, José Alvaro de Paiva, José de Ribamar Silva Oliveira, José Yvan Pereira Leite, Marcos Antônio de Oliveira, Rady Dias de Medeiros, Raquel Priscyla da Silva Costa (Substituta do Pró-Reitor de Administração), Regia Lucia Lopes, Solange da Costa Fernandes, Sonia Cristina Ferreira Maia, Valdelucio Pereira Ribeiro, Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa, Varélio Gomes dos Santos e Wyllys Abel Farkatt Tabosa.

Convidados: Carlos André de Oliveira, Francisco das Chagas de Mariz Fernandes, Francy Izanny de Brito Barbosa Martins, Maria Auxiliadora Pereira de Lira, Maria Liliane Borges da Silva, Otavio Augusto de Araujo Tavares, Tarcimaria Rocha Lula Gomes da Silva e Zeneide de Oliveira Bezerra Peixoto.

PAUTA

1. Relatório de Gestão 2014.
2. Pronatec – Serviços Públicos.
3. Processo de credenciamento institucional.
4. Informes.

1 – Relatório de Gestão 2014.

O Prof. Wyllys Abel Farkatt Tabosa – Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional juntamente com a servidora Maria Liliane Borges da Silva – Assessora de Informações e Dados Institucionais apresentaram os pontos mais importantes para a elaboração do Relatório de Gestão, com vistas a garantir a qualidade das informações prestadas e o cumprimento dos prazos pelos *campi* e pelas pró-reitorias e diretorias sistêmicas. Trataram também da realização de um seminário com os servidores responsáveis pelo preenchimento dos formulários, para tirar dúvidas e promover ajustes. Também foi discutido o cronograma das atividades e analisada a eficácia das ações no ano anterior, cujo atraso comprometeu seriamente o trabalho de alguns setores, conforme anexo 1.

Deliberação: Ficou pré-aprovado o cronograma, com a antecipação da data do preenchimento dos formulários pelos dirigentes de 31/10/2014 para 15/10/2014, devendo os formulários serem remetidos até a primeira semana de outubro. Também foi sugerida a realização do seminário junto com as atividades do planejamento 2015.

2 – Pronatec – Serviços Públicos.

O Prof. Otávio Augusto de Araújo Tavares – Coordenador-Geral e o servidor Carlos André de Oliveira – Coordenador-Adjunto do Pronatec fizeram a exposição do trabalho da comissão responsável pela realização de estudo e elaboração de uma proposta de formatação das ofertas educacionais deste Instituto Federal para capacitação de servidores no âmbito do Pronatec – Serviços Públicos. Na apresentação, destacou-se que foi criado, no âmbito da Bolsa-Formação Cursos do PRONATEC-Serviços Públicos, para atender a demanda de capacitação dos servidores públicos das instituições federais de ensino. O programa tem como parceiros demandantes as instituições que querem capacitar seus servidores e como demandante nacional a SESU e a SETEC/MEC representadas pela área de Gestão de Pessoas das Universidades e dos Institutos Federais, denominadas de demandantes regionais. E, como parceiros ofertantes as instituições que ofertarão os cursos, os *campi* dos Institutos Federais (Coordenação do Programa) Foi proposta a alteração da regulamentação estabelecida pela Resolução nº 36/2012-CONSUP, de 21/03/2012, e alterada pelas Resoluções nºs. 11/2013 e 10/2014-CONSUP, de 01/04/2013 e 23/04/2014, respectivamente, com o acréscimo de um capítulo específico para regulamentação da oferta de cursos na modalidade Bolsa-Formação Serviços Públicos. Acerca da proposta, foram levantadas algumas preocupações quanto a:

- servidor de um *campus* ministrar ou fazer o curso em outro *campus*, considerando o impacto do deslocamento;
- compatibilização do horário do curso com o horário de trabalho, considerando, inclusive a jornada diferenciada de 6 e 8h dos técnicos-administrativos;
- possibilidade de abertura para oferta de outros cursos além dos cursos de formação inicial e continuada, em

consonância com as demandas de capacitação dos servidores diagnosticadas pela DIGPE e pela PROEN;

- participação da comunidade externa, incluindo servidores públicos das esferas estadual e municipal, caso haja vagas disponíveis.

Para subsidiar as discussões, foi apresentada ainda uma pesquisa realizada nos *Campi* quanto à demanda de ofertas de cursos, conforme anexo 2.

Deliberação: Após discussões, a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada (11 votos a favor, oito contrários e uma abstenção), conforme anexo 3, para ser submetida ao Conselho Superior, mediante processo formulado pela Coordenação-Geral do Pronatec no IFRN.

4 – Processo de credenciamento institucional.

A Profª Francy Izanny de Brito Barbosa Martins – Diretora de Avaliação e Regulação do Ensino falou um pouco sobre o processo de avaliação institucional ora em curso, ao qual o IFRN vem sendo submetido para fins de credenciamento, desde o seu início, em dezembro do ano passado, destacando a realização do Curso sobre Avaliação Institucional e de Cursos Superiores com a Profª Maria Neusa de Lima, do IFPA; o Protocolo de Credenciamento e a realização de reuniões sobre PDI e Avaliação Institucional, bem como, mais recentemente, reunião com o Reitor. Em seguida, passou a palavra à Profª Tarcimaria Rocha Lula Gomes da Silva, do *Campus* Ipangaçu, que vem colaborando com a Diretoria na organização do processo, para que esta apresentasse as ações previstas para o atendimento às exigências da avaliação institucional para fins de credenciamento. Em sua apresentação, foram abordados os seguintes aspectos: o novo instrumento de avaliação, os eixos a serem avaliados, a adequação à legislação e a participação de todos.

O novo instrumento de avaliação – subsidia os atos de credenciamento e credenciamento presencial de instituições de educação superior e a transformação da organização acadêmica de faculdade para centro universitário e deste para universidade. Sua concepção busca atender à diversidade do sistema de educação superior e respeitar a identidade das instituições que o compõem. Considera, assim, as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, a partir do foco definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos processos de avaliação institucional (interna e externa). O instrumento está organizado em cinco eixos, contemplando as dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a saber:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: o ponto de partida é o Relato Institucional que deve ter como foco a evolução acadêmica da IES onde descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e os demais documentos institucionais avaliativos do período que constitui o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também, a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Avalia se as instalações existentes atendem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Quanto aos requisitos legais e normativos, estes são essencialmente regulatórios e, por isso, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da instituição para o processo de regulação, justificando a avaliação atribuída. Tratando-se de disposições legais, esses itens são de atendimento obrigatório.

Por fim, para garantir a participação de todos, será designada uma comissão geral, composta pelo Reitor e por representantes da CPA, PRODES, Relações Internacionais, PROEN, DIPED, DIAAC, DIARE, PROPI, PROEX, Comunicação interna e externa, DIGAE, NAPNE, DIGPE, Conselhos, PROAD, DIENG, Biblioteca e DIGTI. Também serão designadas comissões locais em cada *Campus*, com a participação da Direção Geral, Direção Acadêmica, CPA,

Direção de Administração, Coordenação de Extensão, Coordenação de Pesquisa, Comunicação, Coordenação de Assistência Estudantil, NAPNE, Coordenação de Gestão de Pessoas, Engenharia, Biblioteca, T.I. e Laboratórios.

Durante as discussões, foram levantadas algumas questões, tais como:

- críticas, por um lado, ao instrumento, por ser muito burocrático e privilegiar o quantitativo em detrimento da qualidade, como também pela incoerência, uma vez que estão sendo utilizados parâmetros novos na avaliação, tendo como referência um documento antigo, que é PDI 2009-2014, além de que os critérios não estão claros;
- reconhecimento, por outro lado, de que a cultura avaliativa não deve ser burocrática, pois o espírito do Sinaes é o da avaliação formativa;
- realização de um trabalho de conscientização com servidores e alunos sobre o processo;
- atenção às necessidades do ensino;
- criação de estratégias metodológicas nos currículos de formação de professores para trabalhar com afrodescendentes;
- necessidade de adequações de laboratórios e de ambientes para professores;
- consulta à ABNT para o atendimento às exigências da estrutura física.

Deliberação: Após debates, foi deliberado que o Instrumento de Avaliação Institucional Externa que subsidia os atos de credenciamento, reconhecimentos e transformação da organização acadêmica (presencial), incluindo também a Norma da ABNT 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, será encaminhado aos dirigentes para socialização com os setores da Instituição implicados no processo.

Também ficou definida a agenda dos trabalhos, conforme a seguir:

- 14/10/2014 – Reunião com a Comissão Geral
- 29/10/2014 – Videoconferência com a Comissão Local
- 24/11/2014 – Reunião do CODIR
- 02/12/2014 – Videoconferência – setores dos *campi*
- 04 e 05/12/2014 – Reunião do COEN
- 17/12/2014 – Reunião presencial da Comissão Geral

4 – Informes

- Capacitação – estágio para professores.
- Congratulações ao *Campus* Natal-Central pela organização da etapa nacional dos Jogos dos Institutos Federais 2014 (JIF 2014) no IFRN, no período de 19 a 24/09/2014.
- Êxito da Reunião do CONIF em Natal.
- Participação do Secretário da SETEC/MEC, Aléssio Trindade de Barros, e do Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Oiti José de Paula, na Festa do Ex-Aluno, realizada no Clube da Petrobras, no dia 20/09/2014, reunindo em torno de 1.400 pessoas.

ASSINATURAS			
Nº	Nome	Representação	Assinatura
1	Belchior de Oliveira Rocha	Presidência	
2	Nadir Arruda Skeete	Secretaria	
3	Alex Fabiano de Araújo Furtunato	Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação	
4	Antonia Francimar da Silva	Direção-Geral do <i>Campus</i> Pau dos Ferros	Não compareceu
5	Auridan Dantas de Araújo	Diretoria de Gestão de Pessoas	
6	Caubi Ferreira de Souza Junior	Direção-Geral do <i>Campus</i> Caicó	
7	Djeson Mateus Alves da Costa	Direção-Geral do <i>Campus</i> Nova Cruz	
8	Ednaldo de Paiva Pereira	Direção-Geral do <i>Campus</i> São Paulo do Potengi	

9	Erivaldo Cabral da Silva	Direção-Geral do <i>Campus</i> EAD	
10	Erivan Sales do Amaral	Direção-Geral do <i>Campus</i> Santa Cruz	
11	Evandro Firmino de Souza	Direção-Geral do <i>Campus</i> Ipangaçu	
12	Francisco Antonio de Pontes	Direção-Geral do <i>Campus</i> Natal-Central	
13	Ismael Félix Coutinho Neto	Direção-Geral do <i>Campus</i> Parnamirim	
14	Jailton Barbosa dos Santos	Direção-Geral do <i>Campus</i> Mossoró	
15	Jose Alvaro de Paiva	Direção-Geral do <i>Campus</i> Ceará-Mirim	
16	José de Ribamar Silva Oliveira	Pró-Reitoria de Ensino	
17	José Yvan Pereira Leite	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	
18	Lerson Fernando dos Santos Maia	Direção-Geral do <i>Campus</i> Natal-Cidade Alta	Não compareceu.
19	Luisa de Marilac de Castro Silva	Direção-Geral do <i>Campus</i> São Gonçalo do Amarante	Não compareceu.
20	Marcos Antônio de Oliveira	Direção-Geral do <i>Campus</i> Apodi	
21	Rady Dias de Medeiros	Direção-Geral do <i>Campus</i> Currais Novos	
22	Raquel Priscyla da Silva Costa	Pró-Reitoria de Administração	
23	Regia Lucia Lopes	Pró-Reitoria de Extensão	
24	Solange da Costa Fernandes	Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis	
25	Sonia Cristina Ferreira Maia	Direção-Geral do <i>Campus</i> João Câmara	
26	Valdelucio Pereira Ribeiro	Direção-Geral do <i>Campus</i> Canguaretama	
27	Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa	Direção-Geral do <i>Campus</i> Natal-Zona Norte	
28	Varélio Gomes dos Santos	Direção-Geral do <i>Campus</i> Macau	
29	Wyllys Abel Farkatt Tabosa	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	

ANEXO 1

Proposta de Cronograma - Etapas de composição do RG 2014	Responsável	2014															Eficácia
		AGO			SET			OUT			NOV			DEZ			
		1D	2D	3D	1D	2D	3D	1D	2D	3D	1D	2D	3D	1D	2D	3D	
1. Formação de Comissão responsável pela elaboração do Relatório de Gestão	Reitoria	8															Boa
2. Apresentação da estrutura de capítulos ao CODIR	PRODES			25													
3. Sensibilização aos gestores dos Campi e Reitoria para preenchimento dos dados	PRODES/AUDGE					22											Boa
4. Envio da estrutura de informações a serem preenchidas pelos gestores dos Campi e Pró-Reitorias/Diretorias Sistêmicas	ASINDI									31							Boa
5. Seminários com os responsáveis pelo preenchimento nos campi - foco no operacional (cobrindo os maiores temas do relatório)	PROAD, DIGPE E AUDGE												A defini r				Razoável
6. Planejamento da composição do Relatório de Gestão (redação inicial e preparação para extração dos dados)	Câmpus - Unidades relacionadas às Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas															30	Ruim

Proposta de Cronograma - Etapas de composição do RG 2014	Responsável	2015									Eficácia
		JAN			FEV			MAR			
		1D	2D	3D	1D	2D	3D	1D	2D	3D	
7. Redação final do Relatório de Gestão dos Campi e envio para ASINDI	Câmpus - Unidades relacionadas às Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas			20							Ruim
8. Consolidação e envio dos dados para a ASINDI compor o Relatório de Gestão do IFRN	Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas				6						Ruim
9. Composição do Relatório de Gestão e envio para a ASTEC para revisão textual	ASINDI						25				Ruim
10. Revisão textual do Relatório de Gestão e envio para análise e aprovação do CONSUP	ASTEC								13		Ruim
11. Formatação do Processo de Contas Anuais	AUDGE								13		Boa
12. Reunião do CONSUP										25	Boa
13. Envio do Processo de Contas para CGU e Relatório de Gestão para TCU	AUDGE/ASINDI									31	Boa

COLÉGIO DE DIRIGENTES
ATA-SÍNTESE DA REUNIÃO Nº 07/2014-CODIR/IFRN, DE 22/09/2014

ANEXO 2

DIGPE - PESQUISA DE DEMANDA DE CAPACITAÇÃO
PRONATEC SERVIÇOS PÚBLICOS

RESUMO CONSOLIDADO

Campi	2 - Você tem interesse em realizar curso de Auxiliar Administrativo de 160 horas, com conteúdo programático que contemple a legislação educacional e o regime jurídico dos servidores públicos federais; comunicação e correspondência oficial e técnica, atendimento ao público, procedimentos administrativos; planejamento, organização e método, relacionamento interpessoal e clima organizacional, especialmente voltados para atividades do setores administrativos e acadêmicos do IFRN?	Financeiro	Secretaria Escolar	Gestão de Pessoas	Almoxarife - Gestão de Patrimônio e Materiais	Excel Avançado e Editor de Programação VBA
APODI	Sim = 19 / Não = 8 (Total de 27 respostas de servidores)	12	9	12	7	16
CAICÓ	Sim = 23 / Não = 3 (Total de 26 respostas de servidores)	14	6	12	5	14
CANGUARETAMA	Sim = 17 / Não = 7 (Total de 24 respostas de servidores)	8	5	12	6	21
CEARÁ MIRIM	Sim = 8 / Não = 0 (Total de 8 respostas de servidores)	6	2	4	5	5
CURRAIS NOVOS	Sim = 17 / Não = 5 (Total de 22 respostas de servidores)	8	8	12	7	13
IPANGUAÇU	Sim = 14 / Não = 5 (Total de 19 respostas de servidores)	8	3	6	2	13
JOÃO CÂMARA	Sim = 15 / Não = 5 (Total de 20 respostas de servidores)	8	4	10	2	15
MACAU	Sim = 14 / Não = 4 (Total de 18 respostas de servidores)	10	4	7	5	11
MOSSORÓ	Sim = 11 / Não = 7 (Total de 18 respostas de servidores)	5	4	10	3	8
NATAL CENTRAL	Sim = 39 / Não = 32 (Total de 71 respostas de servidores)	21	22	32	17	28
NATAL CIDADE ALTA	Sim = 13 / Não = 18 (Total de 31 respostas de servidores)	14	10	17	7	20
NATAL ZONA NORTE	Sim = 13 / Não = 5 (Total de 18 respostas de servidores)	9	5	10	8	14
NOVA CRUZ	Sim = 17 / Não = 8 (Total de 25 respostas de servidores)	13	9	13	7	13
PARNAMIRIM	Sim = 13 / Não = 10 (Total de 23 respostas de servidores)	8	8	7	7	15
PAU DOS FERROS	Sim = 20 / Não = 3 (Total de 23 respostas de servidores)	16	10	15	10	15

COLÉGIO DE DIRIGENTES
ATA-SÍNTESE DA REUNIÃO Nº 07/2014-CODIR/IFRN, DE 22/09/2014

SÃO PAULO DO POTENGI	Sim = 17 / Não = 5 (Total de 22 respostas de servidores)	8	4	17	3	10
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Sim = 18 / Não = 10 (Total de 28 respostas de servidores)	17	10	14	9	16
SANTA CRUZ	Sim = 10 / Não = 5 (Total de 15 respostas de servidores)	7	5	9	4	9
REITORIA	Sim = 26 / Não = 15 (Total de 41 respostas de servidores)	24	11	22	13	26
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Sim = 5 / Não = 1 (Total de 6 respostas de servidores)	5	3	5	3	5
	Sim = 329 / Não = 156 (Total de 485 respostas de servidores)	221	142	246	130	287

Pesquisa realizada do dia 09/09/2014 ao dia 12/09/2014

ANEXO 3

CAPÍTULO IV DA OFERTA DE CURSOS NA MODALIDADE BOLSA-FORMAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 18. As ofertas de cursos na modalidade Bolsa-Formação Serviços Públicos poderão ser pactuadas pelos *Campi* do IFRN e deverão estar em consonância com o plano de capacitação estabelecido pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGPE) do Instituto, ficando esta Diretoria responsável pela elaboração da proposta dos Projetos Pedagógicos de Cursos.

§ 1º. A DIGPE será o órgão demandante das vagas a serem ofertadas pelos *Campi* do Instituto atuando em articulação com os Comitês Geral e Executivos da Bolsa-Formação dos *Campi*, a fim de acordar a realização dessas turmas.

§ 2º. A DIGPE será responsável por elaborar ou delegar através da designação de comissão responsável, as propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

§ 3º. Caberá à DIGPE, através dos setores de gestão de pessoas de cada *campus*, a seleção, por meio de critérios próprios, e as pré-matrículas no SISTEC, dos alunos dos cursos a serem ofertados, tendo as confirmações destas realizadas pelas Coordenações Adjuntas do Pronatec nos respectivos *Campi*.

§ 4º. Excepcionalmente, para as ofertas de cursos na modalidade Bolsa-Formação Serviços Públicos, será permitida a participação de servidores ativos dos diversos *Campi* do Instituto em processos seletivos simplificados para professores do programa, a serem abertos pelos Comitês Executivos da Bolsa-Formação do Pronatec através de edital com critérios próprios estabelecidos pela DIGPE e o Comitê Geral da Bolsa-Formação para esta modalidade.

§ 5º. Os cursos de que trata este artigo deverão ter suas vagas para alunos dimensionadas com o objetivo de serem preenchidas, prioritariamente, por servidores ativos em exercício no respectivo *Campus* ofertante e de outros *campi*, havendo disponibilidade orçamentária do *Campus* de origem do servidor para o custeio das despesas de locomoção e hospedagem, e quando houver solicitação da administração.

§ 6º. Para o estabelecimento do número de vagas, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser considerado, ainda, o limite mínimo que conserve o equilíbrio financeiro entre o custeio e o respectivo crédito orçamentário.

§ 7º. Somente os alunos matriculados por meio do sistema de inscrições *on-line*, e que não sejam servidores públicos federais, farão jus à assistência estudantil para transporte e alimentação em pecúnia, caso não seja prestado de forma direta, nos termos da Resolução CD/FNDE nº 4/2012.

§ 8º. Os servidores capacitandos deverão apresentar, por ocasião da inscrição para a seleção, autorização do chefe imediato, e terão sua carga horária dedicada ao curso de capacitação computada para todos os fins.